

Os fundamentos do pensamento radical na Pensilvânia.

The foundations of Pennsylvania radical thought.

Guilherme Tadeu de Paula*

Resumo: O presente artigo tratará dos primeiros anos da Pensilvânia, colônia britânica fundada pelo quacre William Penn. Por meio de revisão bibliográfica, buscamos compreender de que maneira o imaginário político da região, que mais tarde se tornaria chave no processo revolucionário americano, foi influenciado pela perspectiva radical de seus primeiros habitantes. Para tanto, nossa trajetória de análise parte do arranjo entre o colonizador e o rei para a concessão das terras que se tornariam a colônia, passa pela resistência que os quakers encontraram na sociedade inglesa do século XVII por conta de seus modos marcados pela insubordinação, chega à América para compreender qual foi a colônia encontrada pelos seus “desbravadores” e termina na construção ideológica posterior que tentou construir uma imagem gloriosa da experiência colonizadora.

Palavras-chave: Pensilvânia, história dos Estados Unidos, William Penn, quacres

Abstract: This paper aims to provide analysis of the Pennsylvania early years as a British colony “established” by the Quaker Willian Penn. Through literature review, we tried to understand how the region political context, which later would become the key of the American Revolution, was affected by its first inhabitants radical perspective. In order to accomplish it, our study path initiates with the agreement between Penn and the King about the land agreement that would become the Colony, than the resistance that the Quakers had found in this XVII Century Society raised by their kind of insolence, and ends in America to understand what kind colony the pioneers had found and also interpretates in a critical perspective the ideological construction of a Glorious Image of the colonization process.

Keywords: Pennsylvania, History of the United States, William Penn, Quakers

* Guilherme é mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, professor de Sociologia da UEM, e é atualmente doutorando do PPH da UEM.

Este artigo explora a fundação da colônia britânica da Pensilvânia, hoje relevante estado da federação dos Estados Unidos, buscando compreender se já na constituição desta colônia havia elementos que colaboraram para que aquela região - quase inabitada e inexplorada até as últimas duas décadas do século XVII - se tornasse lugar profícuo para agitação popular e para o discurso radical menos de cem anos depois, no período revolucionário americano.

A ideia central que queremos aqui sustentar é que a trajetória inicial da colônia, desenvolvida e associada a fundadores e pioneiros com pressupostos de uma religião de tradição ligada a um tipo específico de radicalidade, os quacres, permitiu que o imaginário político da colônia fosse mais propenso a um certo grau de insubordinação perante autoridades constituídas. Em nenhum momento defenderemos isso como razão final ou puramente determinante a partir de um nexos causal, mas sim como um fator que pode ter colaborado para que aquele espectro ideológico fosse menos fechado a um discurso e uma associação que visasse transformações mais substantivas. Ao longo do texto problematizaremos a afirmação base acima mencionada, apontando os outros fatores que nos pareceram desempenhar um peso tão ou mais decisivo do que aquele que é mote deste artigo.

As florestas de Penn

Uma das mais relevantes colônias do império britânico na América no período pré-revolucionário, a Pensilvânia (“as florestas de Penn”), nasce de uma dívida da coroa com um célebre almirante do período, o Sir William Penn. Líder da expedição inglesa que invadiu e tomou a Jamaica da Espanha na década de 50 do século XVII, o “senior Penn” morreu sem reaver as 16 mil libras que tinha direito por conta de empréstimos e investimentos que havia abastecido cofres da coroa inglesa, prática comum de relação entre os senhores de negócio mais bem sucedidos do período e a realeza. Quando coube ao seu único filho, também William Penn, negociar uma maneira de receber do rei a herança, um arranjo pareceu oportuno para ambas as partes: o monarca cederia ao jovem um amontoado de terras em uma colônia distante, situada no continente americano. O acordo entre ambos dava ao herdeiro a possibilidade de exploração de uma aparentemente promissora nova terra e

garantiria à coroa um montante anual de peles de castor, além de um quinto do ouro e prata lá encontrados¹.

Para Carlos II pareceu um bom negócio. Ao mesmo tempo que quitaria uma dívida, teria a possibilidade de, ao menos em alguma proporção, lucrar com a exploração de um terreno que não teria a possibilidade financeira, a estrutura logística e até mesmo a ambição organizada de explorar. Para William Penn, a posse da nova terra significava, além de receber aquela herança de alguma maneira, uma possibilidade de exploração de um terreno que mostrava-se repleto de possibilidades e, ainda, criar uma espécie de refúgio político ao seu grupo religioso que sofria severa perseguição política – da qual ele mesmo havia sido vítima – há pelo menos três décadas.

Nos parece importante ressaltar que o ambiente político religioso deste contexto é marcado pelas novas possibilidades de interpretação da Bíblia, um produto da Reforma que levou ao cidadão comum a capacidade de conectar-se com “a palavra de Deus” por meio direto. O esforço analítico e interpretativo da leitura sacra acabou por pautar discussões que escaparam das delimitações religiosas, ocupando a arena política e acendendo questões antes intocadas. Christopher Hill desenvolve, em seu estudo sobre a influência do “livro sagrado” no cenário revolucionário inglês do século XVII, uma argumentação que situa a Bíblia, desde sua criação, como uma criação política: tanto na exclusão ou inclusão de textos em sua organização inicial, quanto na revolucionária tradução germânica luterana - bem como as outras traduções que emergiram do contexto. Na Inglaterra de William Penn – e de todos os imigrantes ingleses que atravessaram o Atlântico para povoar as terras na América, “igreja e Estado eram um só, e, por isso, religião se torna política, sendo a Bíblia como um manual para ambos. As palavras da Bíblia limitavam o modo que cada homem pensava sobre a sociedade e as instituições” (HILL,1993, p.50-51).

William Penn entrou para a história como um dedicado militante da causa quacre², uma derivação religiosa do protestantismo que tinha hábitos peculiares –

¹ O museu estadual da Pensilvânia conserva e disponibiliza eletronicamente a carta que contém tais informações. Ela pode ser acessada neste endereço: http://www.portal.state.pa.us/portal/server.pt/community/documents_from_1681_-_1776_colonial_days/20421/pennsylvania_charter/998169 (acessado pela última vez em 20 de abril de 2015).

² Do inglês “quaker”, ou, “os que tremem”, numa referência a uma expressão de Fox, nome mais célebre da doutrina, que em um sermão, sugeriu que os ouvintes deviam “tremem” diante das palavras de Deus.

além de certa radicalidade nas crenças e nos costumes - que acabaram por lhes custar uma intensa resistência dos mais variados setores da sociedade europeia. Mais do que sua doutrina, que não trazia elementos inteiramente novos ou desconhecidos daquele contexto pós Reforma, foram as atitudes práticas que compunham o “ethos” quacre que construiu o estigma que perseguiu aquele grupo de cristãos: “É provável que a irritação causada pelos primeiros quacres se devesse mais a recusarem eles a tirar o chapéu (em sinal de reverência), a utilizarem o “tu” em relação a todas as pessoas e a atacarem os campanários e os pastores mercenários” (HILL, p.230, 1987).

Christopher Hill dedica um capítulo todo de seu *O Mundo de Ponta Cabeça* para debater a doutrina quacre, tanto do ponto de vista ideológico quanto do ponto de vista dos desdobramentos de sua prática política. Com um estudo cuidadoso, o historiador mostra como os quacres acabaram herdando, justamente por terem se erigido em um ambiente de profunda radicalização política permeado por uma intrincada correlação de forças que colocava o poder real sob constante contestação popular, uma tradição de radicalidade que poderia até mesmo superar o controle e as intenções de seus principais porta-vozes. Hill dedica-se longamente a mostrar como em diversas situações os quacres foram acusados e/ou confundidos por “levellers” e “ranters”, doutrinas de grande relevância na constituição de um imaginário popular contestador da política inglesa – e que, em algum sentido, antecederam ideologicamente de maneira crua e embrionária a formação da classe operária e sua noção de liberdade e igualdade. Sua busca pelo caminho direto entre Deus e o coração do homem de fé e a incorporação de certa insubordinação perante a costumes tradicionais do contexto serviram como combustível para que as classes mais baixas encontrassem nela mais que a sua fundamentação religiosa, sua própria expressão social. Somemos a isso o fato de que as constantes perseguições políticas que sofriam seus principais pregadores reforçavam o caráter de radicalidade e de contestação que aquela perspectiva religiosa poderia sintetizar.

Rico e de família tradicional, William Penn surpreendeu o pai ao se converter quacre, causando um sentimento de desonra que o afastou do reconhecido almirante por um período significativo de sua vida. Mesmo filho de um homem que conquistara glórias para a Coroa, o jovem quacre teve de lidar com a perseguição religiosa, tendo

sido mais de uma vez preso³. Os biógrafos os Penn, bem como os textos de divulgação que celebram a vida da família, são unânimes em relatar uma reaproximação no final da vida do pai - antes da negociação que renderia ao herdeiro a colônia da Pensilvânia. Prova disso é que Penn já usava da influência e do trânsito que seu pai lhe propiciava na corte para advogar pela liberdade religiosa dos quacre. Sem isso, parece improvável o arranjo que permitiu a cessão do território. Quando recebeu as terras em questão, honrou o pai batizando o seu novo país com seu nome e projetou numa audaciosa alcunha os sonhos de criar uma nova civilização: “O Santo Experimento”.

A expressão é do próprio Penn que ambicionou desde o princípio que seu território fosse mais do que uma extensão da Inglaterra, a começar pela liberdade religiosa aos quacres – estendida, em sua percepção, para todos os credos. Este apelo é fundamental para atrair outros quacres que já habitavam colônias americanas e sofriam com a perseguição, bem como outras pessoas que padeciam com os altos e baixos de repressão religiosa que se alternavam no Velho Continente como expressão de um contexto em que o Antigo Regime – pensado aqui num sentido mais amplo ou, mais especificamente, na hegemônica aliança político-ideológica entre nobreza e clero) começa a experimentar uma decadência inevitável. Ainda que haja relativo consenso sobre o fato de que a Pensilvânia se desdobrou em uma série de desencadeamentos que acabaram a transformando em algo muito distinto daquilo que o quacre projetou em seus primeiros anos, a vitória do liberalismo, montagem de um aparato ideológico burguês e o desenvolvimento de uma iconografia estadunidense dos séculos seguintes acabaram apregoando à colonização um caráter libertário.

O famoso filósofo iluminista Voltaire chegou a escrever na sua Carta Filosófica IV, Sobre os Quakers, que talvez William Penn pudesse mesmo se orgulhar, como tanto se gabou, “de ter trazido à terra sua Era Dourada, que provavelmente nunca existiu em nenhum lugar além da Filadélfia” (VOLTAIRE, IV – On the Quakers,

³ Embora haja consenso sobre o fato de Penn ter sido preso, as fontes são inexatas quanto ao número de ocasiões que este fora apreendido e julgado. O que se sabe é que era justamente quando estava preso que Penn escreveu suas obras religiosas mais conhecidas, sem, no entanto, ter conquistado, por meio delas, um lugar de destaque entre os principais teóricos do quacrismo. Sua grande colaboração para a causa religiosa foi seu trabalho político de descriminalização e divulgação da religião como algo positivo.

Letters on the English, disponível em < <http://www.bartleby.com/34/2/4.html>> - acessado em 21 de abril de 2015).

Como veremos nas próximas linhas, há de se ter um pouco de cuidado e problematizar alguns dos fundamentos deste tipo de construção ideológica iconográfica. De qualquer maneira, reiteramos que não é William Penn que está sendo aqui analisado, mas como a fundação da Pensilvânia trazia, justamente por esta filiação em seu nascedouro, alguns elementos que mais tarde acabaram por constituir um espectro político de certa tradição radical.

A maior prosperidade que é possível ver

Logo depois de selar o negócio com o rei, o mais novo colonizador precisava encontrar os seus companheiros de empreitada. Especula-se que parte significativa dos primeiros colonos da Pensilvânia era composta por quacres próximos ao herdeiro, o que não impediu que este divulgasse amplamente o novo território em busca de mais famílias interessadas em um recomeço. O fez por meio de uma carta dividida em cinco partes e publicada na Inglaterra, Alemanha e Holanda, onde tratava sua nova terra com um entusiasmo que escapa, quase que envergonhadamente, pela sua pena quacre e aristocrática, características que ainda que tragam em si concepções de mundo basicamente antagônicas, têm em comum certa moderação, para não dizer desprezo, perante o entusiasmo efusivo. Mas ainda que significativamente menos grandiloquente que a ampla maioria de anúncios de terras coloniais que a história viu naquele período e veria ao longo dos tempos, a carta de Penn, que mais tarde se tornaria um dos documentos mais importantes da história dos Estados Unidos, trazia, no relato sobre seu novo lugar, quase que uma definição de paraíso. A terra “boa e fecunda” e a localização entre rios se mostravam como uma combinação bastante convidativa para quem estivesse disposto a estabelecer uma nova vida além-mar, a grande variedade de madeira aptas para a utilização do homem daria o necessário para empreender diferentes tipos de construção e a abundante fauna poderia abastecer as mesas e render grandes negócios:

Supõe-se que o país é capaz de produzir seda, linho, cânhamo, vinho, sidra, anil, garança, alcaçuz, fumo, potassa e ferro, e realmente produz couros,

sebo, madeira para cachimbos, carne de vaca, carne de porco, carne de carneiro, lã, cereais, trigo, cevada, centeio e também pele de animais, como as peles, arminhos, guaxinins, martas, e quejandas; quantidades de peles que se encontram entre os índios, e que são mercadorias lucrativas na Europa (PENN, 1980, p.44).

A terra que Penn recebeu não era inteiramente virgem. Além dos indígenas, algumas famílias de suecos, holandeses e finlandeses já se situavam na região, fruto do processo de colonização que começara décadas antes e chegara às margens do Rio Delaware⁴ - fato que não impediu que o proprietário daquela porção da América de fato tivesse um projeto de criação de um novo Estado, que se ergueria naquele paraíso natural. Motivado por isso, escreveu sobre “as constituições do país”, como uma rápida sinalização de “Carta Magna” da nação que tentava levantar. Se faz necessário que situemos esse discurso e essa própria percepção como consequência do processo histórico que antecede e se decorre no período em que se dá a formação política e religiosa de Willian Penn, que cresceu⁵ no conturbado meio aristocrático em uma Inglaterra que viveu uma Guerra Civil entre realistas e parlamento que chegara ao impensável curso de acontecimentos que levou um rei à decapitação. De um lado, Penn sinaliza aos direitos e liberdades vigentes na Inglaterra, segundo ele “os melhores e mais amplos da Europa” e que “não se pode fazer nenhuma lei, nem levantar dinheiro algum sem o consentimento do povo”. De outro, ressalta o vínculo com a Coroa e o governo inglês, uma vez que reafirma o compromisso ao declarar que qualquer intento de lei contra a fidelidade “seria desprovido do conteúdo desde o princípio” (IDEM).

Não parece apressado dizer que as definições contratuais propostas por Penn desde o seu “anúncio fundador” se não determinava, ao menos condicionava e fundamentava o arranjo de classes⁶ que se instauraria na Pensilvânia anos depois.

⁴ Este número não é exatamente inexpressivo. Morison e Commager afirmam que cerca de mil pessoas habitavam a região. Segundo os historiadores, Penn acabou por ceder aos que já ali habitavam suas terras e por criar algum tipo de parceria com eles para a recepção dos novos moradores que chegariam do Velho Continente. (MORISON, COMMAGER, p. 85).

⁵ William Penn tinha cinco anos quando o Rei Carlos I foi decapitado, considerado condenado por traição após o processo de Guerra Civil que opôs o rei ao Parlamento.

⁶ Há de se ter um especial cuidado ao tratar a relação de classes da Pensilvânia colonial sem ignorar a existência do “estatuto de escravidão”, parte importante daquele contexto colonial mundial do qual a colônia de Penn não estava isolada. Ainda que mais tarde, já no ambiente pós-revolucionário e como estado da União, a Pensilvânia tenha se orgulhado de se tornar o primeiro local dos Estados Unidos a

Eram três as maneiras de se estabelecer na colônia: por meio da aquisição da terra, com a possibilidade de iniciar o pagamento apenas três anos após a chegada; por meio do arrendamento, que consistiria em uma seção temporária de porções menores de terra ao custo pagamentos periódicos; e finalmente, como criado, em um arranjo que permitia a estes uma porção de chão ao término do contrato de trabalho. Com essas possibilidades, William Penn pretendia atrair “lavradores industriosos e diaristas, que mal conseguem (com muito trabalho) manter suas famílias e prover o sustento dos filhos” e “artesãos laboriosos” que sufocados por um mercado demasiado competitivo não conseguem ver seu ofício valorizado, os “espíritos laboriosos” que poderiam, enfim, “satisfazer suas inclinações e, por essa maneira, aprimorar a ciência e ajudar nas escolas” uma vez que nas plantações americanas os meios de subsistência estariam garantidos sem muita dificuldade”. Outro grupo bastante específico citado por Penn como público alvo seriam os “irmãos caçulas com pequenas heranças”, que nas relações sociais inglesas daquele século XVIII se viam como “uma espécie de parasitas ou dependentes da mesa e da caridade dos irmãos mais velhos” (PENN, op. Cit. p.45).

Nem mesmo o zelo do final do anúncio, que avisava que o inverno inicial exigiria um tanto de paciência e que era necessário um pouco de cautela no afã de resolver todas as carências da vida já imediatamente impediu uma resposta empolgante para os padrões coloniais ingleses da época. Estima-se que em três meses, “Penn expediu diplomas de concessão para mais de 120.000 hectares” (MORISON, COMMAGER, op. Cit. p.85) e em 1682 “ele próprio emigrou, trazendo quase cem colonos” (NEVINS, 1967, p.16). Se as promessas “constitucionais” da carta de Penn não estipulavam objetivamente a liberdade religiosa – mas sim uma ideia de governo justo e moderado pela participação popular, a prática dos primeiros anos de colonização, aliada à abertura para pessoas das mais variadas regiões europeias, mostrou que a Pensilvânia era, de fato, um lugar amistoso para pessoas perseguidas política e religiosamente no Velho Continente começarem novas vidas.

Livre para a prática política e religiosa e próspera do ponto de vista econômico, a Pensilvânia se mostrou rapidamente um bom destino. É incerto pontuar a exata proporção do perfil dos novos colonos e se eles atendiam aos exemplos citados na carta de Penn e acima reproduzidos. A julgar pelos acontecimentos dos anos

abolir a escravidão, este regime de trabalho esteve presente no decantado florescimento instantâneo da região desde os primeiros anos de colonização (TURNER, 1911, p.131-141).

seguintes e o rápido desenvolvimento que aquela porção de terra experimentou, não parece errado supor que a resposta dos interessados no projeto de nova vida proposto por Penn superou qualquer tipo de expectativa que ele possa ter tido em sua ideia inicial. Afinal, a Pensilvânia atraiu tanto investidores quanto trabalhadores de distintos ramos e variadas trajetórias de vida, se tornando a médio e longo prazo um exemplo de sucesso comparado às outras colônias do reino. A prematura boa-venturança, de um lado, e a irrelevância das demais, de outro, se mostrava tão impressionante que não sou exagero quando, em 1684, dois anos apenas depois de chegar ao “país” que levava o nome de seu pai morto, o quacre exclamou: “eu fundei a maior colônia da América, que homem algum pôde criar como empresa particular, e entre nós têm-se visto os começos de maior prosperidade que é possível ver” (MORISON, COMMAGER, op. Cit. p.87).

A Pensilvânia que os colonizadores encontraram

Em 1771, Thomas, filho de William Penn, contratou o artista nascido na Pensilvânia, Benjamin West, para pintar um quadro que entrou para a história dos Estados Unidos: trata-se de *“William Penn’s Treaty with the Indians when he founded the Province of Pennsylvania in North America”*, uma obra de óleo sobre tela que retrata um encontro entre o quacre inglês, na cena recém-proprietário daquelas terras, em um acordo de paz celebrado com os indígenas em Shackamaxon. A imagem ainda hoje ocupa espaço significativo no imaginário colonial estadunidense: como uma expressão de um tipo de associação pacífica entre os povos que habitavam a região do rio Delaware e o colonizador benevolente que motivado pela fé na doutrina quacre da liberdade religiosa, tratou os povos originários com respeito e desejo de convivência harmoniosa⁷.

O problema é que não há nenhuma comprovação material que este encontro tenha mesmo existido. Ao contrário, é praticamente um consenso entre os pesquisadores mais sérios que a imagem, em si, seja mais uma abstração e uma formulação ideológica do que uma reprodução artística de um encontro que de fato

⁷ Para os defensores desta alegoria, há um elemento na carta de Penn acima citada que deve causar particular estranheza – quando não incômodo persistente: em sua propaganda em busca de colonizadores, Penn exonera seus aventureiros de qualquer obrigação perante os indígenas em relação ao espaço de terra dele comprado (*“free from any Indian encumbrance”*). A carta foi escrita em 1781, em tese, antes do fantástico encontro.

tenha ocorrido⁸. O que se discute, porém, é se, de fato, os indígenas na Pensilvânia tiveram um melhor tratamento e um destino menos trágico que o de outros povos originários das outras regiões dos Estados Unidos e do mundo. Esta resposta merece um pouco mais de cuidado.

De um lado, parece óbvio assentir que uma vez que, no processo histórico pós choque cultural, um tipo de colonização tenha sido basicamente liquidado e a outro tenha resistido em suas bases mais fundamentais, imposto o seu modo de vida e, essencialmente, a sua maneira de relacionar com a reprodução da vida material, não parece ficar dúvida de que a ocupação invasiva das colônias americanas, mesmo aquelas mais cantadas pelo menor grau de conflito, tenha sido marcada pela violência. Em outro sentido, porém, é necessário lembrar que todos os processos históricos têm suas sutilezas e suas especificidades e não está ao alcance desta pesquisa pontuar todas as semelhanças e diferenças entre a relação europeu/povos originários entre o caso aqui estudado e os outros diversos exemplos de colonização, seja qual for o recorte de tempo e espaço.

Preferimos, então, tentar explicar que tipo de violência ocorreu no processo de colonização da Pensilvânia – que acabou criando bases para a compreensão fantasiosa acima relatada. Para tanto, gostaríamos de começar chamando atenção para uma das especificidades dos povos da região do Rio Delaware, que mais tarde se tornaria centro relevante da mais próspera colônia britânica da era da Revolução Industrial, a Pensilvânia: é que os indígenas que estabeleceriam contato com os colonizadores de Penn já haviam tido o primeiro choque cultural com os colonizadores que ocuparam a região décadas antes, essencialmente holandeses e suecos. O sociólogo estadunidense Thomas Sugrue lembra que o tipo de relações mercantis estabelecidas com estes é que pavimentou e pautou aquela reproduzida mais tarde, no último quarto do século XVII – e que será o eixo fundamental do argumento aqui explorado. Como veremos, por razões pragmáticas, do ponto de vista dos exploradores e culturais, do ponto de vista dos povos originários, estes estabeleceram laços de parceria e não de enfrentamento (SUGRUE, 1993, p.13-16).

⁸ Até mesmo o site oficial do “Penn Treaty Park”, parque erguido no século XIX no lugar onde o colonizador (não) teria se encontrado com os indígenas para o referido acordo atenta que o “Grande Tratado pode nunca ter ocorrido”. Ver em <http://penn treaty park.org/penn-treaty-park/history/> (acessado pela última vez em 07/04/2015).

Quando passou a executar seu projeto de ocupação de sua colônia, Penn estava preocupado em evitar fraudes e trapaças no processo de aquisição de terras na região de sua colônia e, por isso, tentou se cercar de um sistema rígido de legislação que proibia relações diretas entre colonos e indígenas, centralizando o processo em suas mãos – o que, mais tarde, seria ideologizado como um triunfo da negociação sobre a força bruta, reforçando o personagem humanitário do proprietário em questão. Sugrue aponta que é justamente neste aparato formal em que se dá o processo de violência que marca a formação da próspera colônia britânica. O professor da University of Pennsylvania pontua que a diferença de percepção cultural entre os povos originários e os europeus acabou por promover uma inadequação que acabou por minar a própria relação que os indígenas da região estabeleciam com a natureza e dificultar a sua reprodução da vida material.

A cultura europeia do século XVIII baseava predominantemente a produção e a sua relação com a terra pela perspectiva da propriedade privada (ainda que a propriedade comunal rural só tenha sido varrida da Inglaterra no final do século seguinte) enquanto os povos que viviam naquela região antes da chegada dos colonizadores se relacionavam com o solo de maneira comunal. Como eram primordialmente caçadores (e agricultores eventuais), as relações comerciais que aprenderam a estabelecer com holandeses e suecos eram de “cessão” do direito de uso de suas terras. Ainda que suecos e holandeses tivessem dificuldades para adequar seus interesses com a percepção dos povos que habitavam a região, a timidez do projeto de ocupação bem como a vastidão de terras férteis acabaram por minimizar os conflitos que se mostraram inevitáveis depois, quando os ingleses de Penn chegaram.

Para os indígenas, a “venda” de seu território baseava-se em sua própria noção de propriedade e por isso, mesmo depois de “negociá-las”, se sentiam direito de continuar caçando ou fazendo pequenas lavouras na região – o que foi encarado como rebeldia e descumprimento de palavra pelos colonos, causando até mesmo situações de conflito. Por um tempo, para manter a paz, alguns “pagamentos confirmatórios” foram negociados, opção que se mostrou, de um lado, onerosa demais e, de outro, já desnecessária, uma vez que a diminuição do número de indígenas provocado pelas doenças oriundas do contato (entre elas o alcoolismo generalizado) e a conseqüente retirada destes para o Oeste acabou resolvendo o

incômodo “naturalmente”. Apenas duas décadas depois da chegada de William Penn em sua colônia, o cenário de demolição cultural já se mostrava tão definitivo que no início do século XVIII surgiram discussões e propostas de iniciativas para a criação de reservas indígenas de caráter essencialmente paternalista, com o intuito de preservar uma cultura que havia ficado na pré-história da formação estadunidense (IDEM, p.20-23).

Assim sendo, podemos afirmar que de fato, a relação dos primeiros colonos que ocuparam a Pensilvânia com os indígenas que ali se situavam antes de sua chegada não foi, de fato, belicosa ou permeada por embates de violência física – o que não invalida a percepção da coerção da expectativa de violência como uma opressão permanente que certamente desempenhou papel fundamental na eliminação daquele modo de vida que ali se reproduzia. Os episódios de conflito que existiram não trouxeram impedimentos mais efetivos e o aparato burocrático e estrutural bem arranjado por Penn e seus companheiros de empreitada acabou por garantir aos primeiros habitantes daquela nova colônia uma tranquilidade relativa. Por outro lado, ironicamente, ignorou-se a destruição de uma cultura e um modo de vida e deu à História dos Estados Unidos uma fantasia de harmonia e respeito à diferença.

Além de desembarcar em uma terra relativamente “pacificada”, os primeiros colonos da Pensilvânia encontraram uma cidade com uma estrutura planejada e preocupada em criar uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento. Ao lado de seu grupo de gestores – destes o mais importante é, sem dúvida, Thomas Holmes, conselheiro, administrador, topógrafo e urbanista dos primeiros anos da Pensilvânia - Penn mostrou preocupações que hoje parecem básicas, mas que na época foram consideradas pioneiras e arrojadas, como o cuidado com o assentamento do terreno, as condições de salubridade, a acessibilidade e até mesmo a comunicação (LINGELBACH, 1944, p.402-412).

O arquiteto e urbanista brasileiro Fernando Atique, professor da Universidade Federal de São Paulo, afirma que esta foi a primeira cidade planejada entre todas as colônias britânicas. Em sua tese de doutorado, Atique descreve de maneira técnica o desenho urbano que depois se tornaria uma referência para uma série de outras cidades do mundo burguês:

O plano desenhado por Holme baseou-se numa quadrícula aos moldes dos traçados hipodâmicos, que se desenvolve no sentido norte-sul, e leste-oeste, sendo sobreposto por duas largas vias, denominadas Broad Street e High

Street, que se cruzam no centro geométrico da imensa gleba entre os dois rios que dominam a paisagem, o Delaware e o Schuylkill. Foi também, na Philadelphia, que o sistema de nomenclatura das ruas por números parece ter sido usado, pela primeira vez, espalhando-se, depois, pelas outras cidades fundadas nas colônias britânicas, chegando a tornar-se emblema da toponímia estadunidense (ATIQUÉ, 2007, p.182).

O grau de pioneirismo e especificidade da Filadélfia neste contexto da urbanização merece ser problematizado para que tenhamos a medida exata de sua relevância. Estamos falando de uma estrutura de planejamento criada na década de 80 do século XVII, quase oito décadas antes da invenção da máquina de fiação *jenny* e pouco mais de um século antes da primeira utilização da máquina a vapor de James Watt, eventos que compõem um cenário de desencadeamento radical de evolução no processo produtivo que mais tarde receberia o nome de Revolução Industrial. Por si só, este fato já confere ao processo uma particular grandeza. Nos lembra Lingelbach que outras cidades criadas no mesmo período, como por exemplo Jamestown, na Virginia, e São Petesburgo, na Rússia, não tiveram a mesma preocupação que a Filadélfia e padeceram por problemas justamente pela falta de uma preocupação estrutural em suas bases fundantes. Na mesma proporção, é importante atentar este tipo de precocidade deve também devolver este projeto a um lugar menos grandiloquente na história da “cidade” como hoje concebemos. Explicaremos a afirmação anterior mais demoradamente nas linhas que se seguem.

Reflexões sobre o anacronismo

Penn e Holme estruturaram uma cidade a partir das possibilidades que estavam em suas perspectivas de visualização e projeção em seu determinado contexto colonial. E se é verdade que a Revolução Industrial traria algo absolutamente novo, imprevisível e incontornável, que a própria noção de cidade se alteraria para se transformar no “mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial” (HOBSBAWM, 1982, p.218) e que a concentração de um grande número de pessoas em eixos urbanos, fruto de um processo de longa duração e que terminou por organizar socialmente o mundo de outra maneira, foi uma obra da segunda

metade do século XIX, é ainda necessário pontuar a irrelevância de uma cidade colonial naquele contexto.

Dizemos isso porque, para se ter uma ideia da dimensão de que estamos tratando aqui, se faz oportuno pontuar que em 1709, ou seja, 27 anos depois da chegada de Penn à América, a população da cidade da Filadélfia era de cerca de 2.300 pessoas, sendo que destas, apenas 420 estavam listados como pagadores de impostos (Nash & Smith, 1976, p.366) - número que beira a irrelevância se comparado com as grandes cidades do contexto. Neste mesmo período, Constantinopla era a cidade mais habitada do mundo, com 700 mil habitantes. Londres, que ocupava o segundo lugar no ranking estimado, tinha torno de 550 mil. Paris completaria o trio dos grandes centros urbanos com 530 mil. Havia ainda uma série de cidades não gigantescas, mas grandes, que também aparecem no ranking, como Nápoles, com 207 mil, Lisboa com 188, Amsterdã com 172, Roma com 149, Veneza com 130 e Milão com 124, entre outras. Mesmo cidades de bem menor “relevância histórica” ostentavam populações bem mais expressivas no contexto, como por exemplo Montpellier, apenas a 23^a mais habitada da França, ou Murcia, a 19^a da Espanha, ou ainda as colônias ibéricas⁹ na América Latina como o Rio de Janeiro e Mérida, todas elas com 10 vezes a população da Filadélfia (Chandler & Fox, 1974, pp.11-20). Mesmo com trajetórias mais antigas, as outras colônias britânicas também não impressionavam pela opulência neste período. Apenas duas eram maiores que a já citada Filadélfia: Boston e Nova Iorque, e nem mesmo as projeções mais grandiloquentes garantiam a estas mais de 7 mil habitantes.

Por isso, ao menos com os elementos que temos em mãos para refletir, parece prudente afirmar que ainda que a iniciativa de Penn e Holme tenha sido arrojada do ponto de vista do planejamento e pioneira na preocupação com detalhes que não faziam parte da “agenda” daquele contexto de urbanização específico, há de se ter muita cautela para que não confirmamos ao projeto inicial dos colonizadores a grandeza que a cidade fez por merecer no futuro. Holme morreu em 1695 e sequer viu a cidade que estruturou atingir o número de cinco mil habitantes. William Penn viveu

⁹ Isso para não citar as poderosas cidades do império espanhol como a Cidade do México, que já reunia 100 mil habitantes, ou Potosí, que atravessou o século XVII com mais de 140 mil habitantes e experimentava agora uma regressão populacional sustentando “somente” 98 mil. Outras cidades do contexto como Oruro (72 mil), Puebla (63 mil), Lima (37 mil), Cuzco (35 mil), Zacatecas (30 mil), Quito (30 mil), Cidade da Guatemala (30 mil), Havana (25 mil) e Huamanga (25 mil) também evidenciam a relativa pequenez da Filadélfia (IDEM).

um pouco mais mas, ainda assim, muito provavelmente quando faleceu em 1718, não tinha fundamentos materiais para poder imaginar que a capital que desenhou quase quatro décadas antes poderia se tornar referência para megalópoles do futuro.

É um erro recorrente em nosso tempo o de observar o início da trajetória das treze colônias que mais tarde comporiam o início da formação da nação hoje conhecida como os Estados Unidos conferindo-lhes um protagonismo que é essencialmente anacrônico. Neste contexto, a formação da colônia da Pensilvânia e da cidade da Filadélfia merecem ser tratadas com a relevância que o seu tempo lhe dedicava. Quando William Penn funda a Pensilvânia, ele não tinha nenhum elemento material para ao menos considerar estar criando uma das cidades mais importantes do mundo moderno, cidade berço da mais importante revolta anticolonialista da sociedade burguesa e a primeira capital da futura superpotência de um planeta de economia globalizada e ideologia hegemônica.

Foram os desdobramentos políticos e sociais do século XVIII, a ruptura com a metrópole, o monumental desenvolvimento industrial que permitiu a exploração e a circulação lucrativa da infindável capacidade natural que aquelas terras dispunham, bem como uma outra série de fatores que não teríamos a ousadia e nem a pretensão de em poucas linhas que elencar, que conferiram, no futuro, à criação da Philadelphia, uma dimensão de relevância grandiosa. Em outras palavras, foram os acontecimentos do futuro que deram ao passado, o seu significado que hoje concebemos.

Dizer isso, no entanto, não resolve uma questão que ainda nos parece oportuna tatear – exercício que faremos nas próximas páginas sem a ilusão de esgotar: de que maneira alguns elementos que estavam presentes desde os primeiros momentos de colonização da Pensilvânia puderam influenciar os desdobramentos políticos radicais dos quais a colônia foi palco no século seguinte? Havia, desde o início, um ambiente fértil para a agitação política?

Considerações Finais

Uma das maiores dificuldades em se produzir conhecimento a partir do passado está em tentar compreender de que maneira as condições materiais de vivência e existência daquele período se relacionaram com a mentalidade dos sujeitos

em questão moldando suas subjetividades, delimitando seus sonhos, estipulando os próprios deveres e regando as atitudes a serem tomadas. Este exercício não tem caminhos fáceis ou nexos causais e tampouco pode assegurar alguma fórmula que nos permita aceitar que tenhamos tamanho conhecimento sobre determinado período que nos é distante ao ponto de nos permitir versar sobre aquele tempo, dando definições bem amarradas e definitivas sobre as motivações dos sujeitos em questão. Encontramos, todas as vezes que nos arriscamos a este convidativo e necessário - mas também ardiloso - exercício de “alteridade temporânea” uma espécie de limite de reflexões e pensamentos que uma nova percepção de tempo, cultura e civilização acabaram por nos dar, nos afastando de uma compreensão do passado por ele mesmo.

Thompson, em seu debate contra Althusser, pontuava que está justamente aí uma das grandes riquezas do ofício do historiador: o de interpelar o passado com as novas questões que o tempo presente/futuro permite elaborar. Neste sentido, o estranhamento honesto aparece não como uma limitação, mas como um dinamizador de novas possibilidades. As fontes nos dão pistas, o conhecimento histórico produzido com rigor e cuidado nos dá elementos. O treinamento e a experiência nos dão certos cuidados - mas ainda assim, não há fórmulas para a sensibilidade e a percepção. No entanto, paradoxalmente, neste intransponível anacronismo pode surgir uma curiosidade ou uma inquietação que é particular do pesquisador de outro tempo, de outras ambições políticas e outros debates científicos, mas que ajudaria a formular um problema rico o suficiente ao ponto de nos permitir conhecer melhor o tempo que já passou.

Ciente desta dificuldade e limitação fundamental de um lado, e das possibilidades que a nossa perspectiva nos dá, do outro, tentaremos, nas linhas a seguir, buscar compreender qual o perfil do colono que ousou atravessar o Atlântico e tentar uma nova vida nesta nova terra. Quais foram as suas motivações? Quais as percepções de mundo que eles trouxeram? De que maneira estes primeiros habitantes já trouxeram consigo do Velho Continente elementos ideológicos que colaboraram para criar um contexto político que mais tarde se tornaria palco de um discurso e uma ação política radical? Como aquela terra habitada por indígenas menos de um século antes agora tomava pra si o protagonismo na história da humanidade?

Para conseguir sintetizar a série de possíveis respostas ou rápidos apontamentos para estas perguntas em um argumento mais organizado, consideramos fértil explorar uma linha de pensamento que reúne dois pontos que se apresentam complementares e basicamente inseparáveis. Para nós, a motivação fundamental estava entre a promessa de uma vida econômica de menos miséria e mais garantias de bem estar e a possibilidade de exaltar o seu Deus sem a perseguição de algum aparelho de poder constituído.

Como pontuamos anteriormente, o processo de colonização da Pensilvânia deve ser pensado com o tamanho do tempo em que se localizava. A colônia britânica não poderia imaginar que aquele território negociado como pagamento de uma dívida familiar da realeza com o pai de William Penn se tornasse um dos pedaços de chão mais valorizados e relevantes do planeta alguns anos depois.

Para compreender este período de maneira crítica, é fundamental que entendamos que ainda que William Penn fosse fiel aos seus princípios quacres, o projeto de criação e colonização da Pensilvânia não era simplesmente uma “experiência” de paraíso onde os homens poderiam viver de maneira amigável, exercitando uma perspectiva humanitária de amor ao próximo e respeito às religiosidades, do qual a Filadélfia colonial revolucionária seria seu exemplo “real”, um eventual antecedente ideológico importante para a República Americana. Como nos lembra Crunden, “Penn pretendia administrar a colônia como um grande armazém financiado pelos quakers abastados de Londres, sendo que quase todo poder estaria realmente em suas mãos” (CRUDEN, 1994, p.52).

No entanto, as ações dos indivíduos, mesmo os mais influentes e poderosos de cada contexto, não têm o peso definitivo no processo histórico. As relações que estes estabelecem em busca de seu projeto político, seja este autenticamente honesto e sem ideologias obscuras, seja o mais mesquinho, passam pelo “filtro” das relações humanas e pela influência das disputas de poder de cada época, de cada tempo, de cada contexto específico. Por conta disso, não está em nossos planos discutir neste espaço, se as intenções de William Penn eram ou não sinceras ou, para elaborar um problema mais específico do ponto de vista da ciência política e usar um termo mais adequado ao tema, se tendiam ou não à democratização da sociedade.

Para nós, o que parece fundamental afirmar é que a influência da doutrina quacre no imaginário político da Filadélfia parece ter desempenhado um papel

relevante, não exatamente por sua capacidade organizativa panfletária ou mesmo pelo seu projeto de transformação política pela perspectiva da liberdade, mas pela sua ojeriza a todo tipo de hierarquia. E neste sentido, sem dúvida, a militância religiosa de Penn desempenhou um peso inquestionável.

Como vimos, a colonização inicial da Filadélfia foi obra de poucas famílias e a ampla maioria destas tinha como religião o quacrismo. Na busca por um território que parecia próspero para a reprodução de uma vida de menor escassez e a garantia de liberdade religiosa – um pilar sobre o qual a colônia se reergueu, os colonos conduziram suas vidas com a não-opressão no horizonte. Esta promessa era um pêndulo e o estudo histórico mostra que mesmo Penn não foi permanentemente um governante dos mais justos – ao menos se julgado pelos padrões de “justiça social” que mais tarde lhe foi apregoado – como vimos no caso de Voltaire ou do quadro de Benjamin West. No entanto, reiteramos o que afirmamos há pouco: não é William Penn quem está sendo analisado aqui, mas como o processo de colonização da Filadélfia desenvolveu a possibilidade de uma percepção social que tendeu à democratização no horizonte – justamente pautada pelo pêndulo do quacrismo.

O caminho que percorre a religião dos quaker nos parece uma interessante síntese de nosso argumento: de desdobramento radical e exótico do cristianismo a “pêndulo” de um Estado que tentava se criar numa colônia britânica distante. O amplo desenvolvimento da região impulsionada pela imprevisível Revolução Industrial que radicalizou na exploração das potencialidades naturais daquele espaço extremamente rico em potencialidades alterou a lógica da relevância e colocou a Pensilvânia, pedaço de terra utilizado para pagar uma dívida do rei com um antigo aliado, no centro da História do Ocidente.

A Filadélfia na qual Benjamin Franklin desembarcou, vindo de Boston, na década de 20 do século XVIII - quarenta anos depois da chegada de William Penn - já herdava pouco das intenções originais de seu proprietário que, no final da vida, ainda se viu em uma série de batalhas judiciais na Inglaterra na disputa pela propriedade de sua colônia, tendo perdido parte significativa de seu poder e capacidade de influência em questões deliberativas. A Filadélfia que Thomas Paine encontrou e sacudiu com sua escrita poderosa no período revolucionário já estava tão fortalecida pelo desenvolvimento da Revolução Industrial que teve elementos capazes de vislumbrar – e depois realizar - uma vitória “militar” das colônias contra o poderoso

império britânico. Esta vitória, na mesma proporção que marcou o triunfo histórico da república contra a monarquia, marcou, também a entrada dos Estados Unidos (ou o que viria a sê-lo) como ator relevante nos desdobramentos da História da humanidade.

Concluimos portanto que se é verdade que em nenhuma hipótese William Penn tenha planejado desmontar o império britânico com uma união das outras colônias que, em seu tempo, padeciam na irrelevância, nos parece seguro afirmar que pelo menos em algum sentido, a Filadélfia pode sim ter sido um terreno mais receptivo para ideias mais radicais e audaciosas do que outras colônias ao redor do mundo justamente por conta da influência do quacrismo – que no diálogo com outras ideologias radicais e democráticas do período, compôs um contexto menos temeroso e mais combativo perante as autoridades estabelecidas. Não queremos, com isso, afirmar que tal perspectiva religiosa tenha desempenhado um papel isoladamente desencadeador. Pensamos aqui na ideia de processo dialético e, assim, temos a noção de que sem a permanente opressão vinda das determinações de Londres e sem as condições materiais do sucesso na exploração das novas terras, as ideias de liberdade e democracia ecoariam num vazio da inexpressividade ou da inoperância.

Referências

Fontes

BALL, Duane. **Dynamics of Population and Wealth in Eighteen-Century Chester County, Pennsylvania**. The Journal of Interdisciplinary History, Vol. 6, Nº 4, Interdisciplinary Studies of the American Revolution (Spring, 1976).

NASH, Gary B; Smith, Billy G. **The Population of Eighteenth-Century Philadelphia**. Pennsylvania Magazine of History and Biography, vol.99, issue 3, July 1975.

PENN, William. **Frame of government of Pennsylvania – February 2, 1683**. Disponível em http://avalon.law.yale.edu/17th_century/pa05.asp

SYRETT, Harold (org). **Documentos Históricos dos Estados Unidos**. São Paulo: Cultrix, s/d. p.200.

Bibliografia

ATIQUE, Fernando. **Arquitetando a “Boa Vizinhaça”: a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano, 1876-1945**. FAU-USP, São Paulo, 2007.

CHANDLER, Tertius; FOX, Gerald; WINSBOROUGH, H.H. **3000 years of Urban Growth**. Academic Press. London, 1974.

COMMAGER, Henry Steele; MORISON, Samuel Eliot. **História dos Estados Unidos**, Tomo III, Melhoramentos, 1950.

CRUNDEN, Robert. **Uma breve história da cultura norte-americana**. Trad. **Álvaro Sá**, Editorial Nórdica Ltda, 1994.

HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça: Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. Trad. Renato Janine Ribeiro. Companhia das Letras. São Paulo, 1987.

_____. **The English Bible and the 17th Century Revolution**. Penguin Books, London, 1993.

HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital: 1845-1875**. 3ª edição, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1982.

LINGELBACH, William. **William Penn and the City Planning**. The Pennsylvania Magazine of History and Biography, Vol. 68, Nº 4 (Oct, 1944), p. 398-418.

NEVINS, Allan. **História dos Estados Unidos da América**. Rio de Janeiro, Bloch, 1967.

SUGRUE, Thomas. **The Peopling and Depeopling of Early Pennsylvania: Indians and Colonists, 1680-1720**. The Pennsylvania Magazine of History and Biography, Vol. 116, Nº 1 (Jan, 1992).

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

TURNER, Edward Raymond. **Slavery in Colonial Pennsylvania**. The Pennsylvania Magazine of History and Biography, Vol. 35, Nº 2 (1911), p.141-151.

VOLTAIRE, François Arouet. **Letters on the English**. The Harvard Classics (1909-1914).

*Recebido em Junho de 2015
Aprovado em Agosto de 2015*